




SIQUIRJ INFORMA

Nº 222

Ago 2020

Empossada a nova diretoria do Siquirj para 2020/2024

Siquirj realiza videoconferência de posse da nova diretoria

Aconteceu em 25 de agosto, por conta da pandemia de Covid-19, uma videoconferência para celebrar a posse da nova diretoria do Siquirj. Na ocasião, após dar as boas vindas a todos e apresentar todos os novos membros, o Presidente do Siquirj, Isaac Plachta, fez um breve discurso aos presentes, lamentando a impossibilidade de celebrar o momento presencialmente, preservando a segurança de todos.

Apesar da situação econômica se tornar mais dramática no contexto atual, o Presidente do Siquirj manteve sua visão otimista, enaltecendo outros aspectos, como o desenvolvimento científico na busca de uma vacina. Em termos econômicos, salientou a aprovação da Reforma da Previdência e o lançamento das bases da Reforma Tributária e, com isso, a convicção de que deve-se continuar buscando a redução do déficit público e a necessidade da distribuição de renda, bem como de juros mais baixos para estimular investimentos e aumentar a oferta de emprego.

Isaac Plachta também demonstrou ver com bons olhos a questão da preservação do Meio Ambiente, que não é mais encarada como obstáculo ao agronegócio, mas como um ponto forte para consolidar a posição do Brasil como maior produtor mundial de proteínas, vegetal e animal. Foi apresentado, na reunião, o acompanhamento gerencial das finanças da entidade.

Na ocasião, os colaboradores do Siquirj também apresentaram um panorama do funcionamento do Siquirj aos novos diretores, bem como um Plano de Atividades para o próximo quadriênio, visando a modernização geral do sindicato e suas relações.

Eduardo Eugenio vence as eleições da Firjan

Foi reeleito, no dia 17 de agosto, para o cargo de presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro o Sr. Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, diretor do Siquirj, delegado representante na referida Federação.

O Siquirj parabeniza seu diretor, ressaltando a importante integração que mantém com a Firjan, no decorrer de muitos anos, realizando uma forte parceria na consecução de trabalhos que visam o fortalecimento do setor industrial do Estado do Rio de Janeiro.

A chapa eleita vai prosseguir com as iniciativas do Programa Resiliência Produtiva, lançado em março para apoiar as indústrias, a saúde pública e a sociedade em geral no enfrentamento da maior crise social e econômica de nossa história, a pandemia da Covid-19.



Foto: Paula Johas

Editorial

A Reforma Tributária tem que começar

Hoje temos um cipal de normas tributárias, no qual o empresário perde produtividade e competitividade quando é obrigado a dedicar significativa parte de sua atenção para entender/administrar o pagamento de impostos. Segundo estudos do Banco Mundial, 60% do expediente de um administrador financeiro no Brasil é absorvido pelo ICMS, 23% IRPJ/CSLL e 17% para organizar a contribuição previdenciária do INSS.

A origem destas disputas está, na sua maioria, na indefinição da base da tributação. P.ex., no caso do ICMS e do PIS/COFINS: qual a regra para determinar quais insumos são incorporados ao produto final e que darão direito a apropriação dos créditos fiscais?; o valor do imposto é adicionado à base de cálculo do próprio tributo (os impostos são cobrados “por dentro”, imposto cobrado sobre imposto). O assunto foi julgado em 2017, mas ainda há necessidade, até hoje, de esclarecimentos. A insegurança jurídica persiste.

Para agilizar as discussões sobre a reforma tributária, adotou-se a estratégia de focar na simplificação do PIS/COFINS – criando a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços. Neste caso, se ampliou a lista de insumos que compõem a base de cálculo do imposto, além de se prever o cálculo do tributo “por fora”, para evitar as mesmas questões.

A estratégia nos parece correta, desde que não resulte em aumento da carga tributária.

O mais importante é não perdermos de vista que a complexidade tributária prejudica o crescimento econômico, na medida em que favorece a insegurança jurídica e desestimula novos investidores a apostarem na criação de novas empresas no Brasil.

A vontade política já foi explicitada pela declaração conjunta dos poderes Executivo e Legislativo. Todos queremos o melhor para nosso País.

Economia verde pós-pandemia pode somar R\$ 2,8 tri a setores produtivos

A adoção de opções de economia verde específicas para determinados setores produtivos no período pós-pandemia pode acrescentar à economia brasileira R\$ 2,8 trilhões, com a geração de dois milhões de empregos até 2030. A conclusão é apresentada no estudo Uma Nova Economia para uma Nova Era: Elementos para a Construção de uma Economia Mais Eficiente e Resiliente para o Brasil. O estudo é liderado pela organização não governamental (ONG) WRI Brasil e pela New Climate Economy e assinado por pesquisadores de seis instituições nacionais.

O professor de Planejamento Energético do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), André Lucena, disse à Agência Brasil que essas opções de economia verde têm vários co-benefícios econômicos que não são percebidos diretamente, “mas que existem”.

Lucena exemplificou que medidas para aprimorar o transporte público, que melhorem a qualidade do ar nas cidades, seja pela substituição de combustíveis fósseis por outros menos poluentes, significam menores gastos com a saúde, maior produtividade dos trabalhadores, menos tempo gasto em deslocamentos. “Isso tudo tem ganhos econômicos”. Através da criação de diferentes modelos, os pesquisadores puderam avaliar como custos associados a problemas ambientais podem gerar ganhos econômicos.

A melhoria do transporte público poderia ser obtida também por medidas transitórias, como os carros híbridos, em que não há mudança de combustível, mas têm uma autonomia bem maior, ou seja, uma eficiência energética muito maior. “Reduz o consumo de combustíveis e, portanto, a poluição associada”.

André Lucena observou que o Brasil precisa usar vantagens comparativas que possui, associadas a essas medidas de economia verde, de curto, médio e longo prazos. “O Brasil tem vantagens que podem ser utilizadas para tentar melhorar a qualidade e a percepção de seus produtos no mercado internacional, associadas, por exemplo, à baixa intensidade de carbono da matriz elétrica brasileira”.

O aço nacional, por ter alguma participação de carvão vegetal, tem conteúdo de emissões de carbono menor do que países que produzem aço baseado em carvão mineral. “Diante de uma ação coordenada global para reduzir emissões, isso pode dar ao Brasil vantagens competitivas a partir da menor intensidade de carbono. Isso precisa ser explorado também”, sinalizou o professor da Coppe.

No caso do setor de uso do solo, o primeiro passo é conter o desmatamento, indica o estudo. André Lucena explicou que o Brasil não precisa de mais terra. “O Brasil já tem terra suficiente para atender a uma demanda própria e para exportação no horizonte de 2050, principalmente se você considerar que o país tem 200 milhões de hectares de pecuária de baixa produtividade que poderia facilmente aumentar, liberando um terço dessas terras para produção agrícola”.

Lucena destacou que o país está vivenciando no atual momento uma perda de mercado em função do desmatamento. Acordos comerciais estão em risco, como o existente entre o Mercosul e a Alemanha. Além disso, há uma avaliação negativa de produtos brasileiros no mercado internacional, cortes de fluxos de investimentos, tudo em função do desmatamento. “É um custo que não traz benefícios à sociedade nem ao país”, comentou.

O estudo reforça que não há necessidade de aumentar a quantidade de terras mas, sim, de melhorar a sua produtividade. Isso pode ser alcançado por meio da recuperação de pastagens degradadas, da integração entre lavoura e pecuária, ações que repercutem em benefícios ao meio ambiente. “São medidas que podem fazer com que você tenha um uso mais rentável da terra, na medida em que usa ela não só para pecuária, mas para a lavoura, mantendo a qualidade do solo”.

Na parte industrial, citou que há opções de eletrificação que podem ser adotadas para reduzir emissões de gás carbônico. Outra área que o Brasil poderia explorar e mostra grande potencial futuro é a da química verde. “A química verde, embora não tenha um custo tão baixo como a petroquímica atualmente, em um cenário de descarbonização isso pode se reverter. O Brasil tem alta vantagem comparativa nisso, tanto pelo lado do potencial de recursos, entre os quais a biomassa, o etanol, como tecnológica também”.

Lucena se referiu ao uso de biocombustíveis avançados, como etanol e biodiesel, que substituem gasolina e diesel, que são combustíveis fósseis. O estudo sugere a possibilidade de adaptar a indústria de biocombustíveis brasileiros já existentes para a produção de biocombustíveis avançados em setores em que a substituição não é trivial, como a aviação, por exemplo. O querosene de aviação é um combustível de altíssimo valor adicionado e baixíssima substituíbilidade, mas há a possibilidade de se fazer o chamado biojet ou bioquerosene de aviação, indicou o professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ. “Seria um uso muito melhor para a indústria já existente no Brasil”.

Na área de infraestrutura, uma sugestão formulada é fazer o transporte de mercadorias via cabotagem, que apresenta custo de investimento bem menor que ferrovias, aproveitando o fato de o Brasil ser um país com mais de 8 mil quilômetros de costa.

O estudo foi encaminhado para o governo federal, através do Ministério da Economia.

Fonte: Agência Brasil

Confiança da indústria avança 8,9 pontos, revela pesquisa da FGV

O Índice de Confiança da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 8,9 pontos na passagem de julho para agosto. Essa foi a quarta alta consecutiva, mostrando uma trajetória de recuperação consistente da confiança do empresariado industrial brasileiro depois da queda observada no início da pandemia de covid-19, em março.

Com o resultado, o indicador atingiu 98,7 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos, e recuperou 93,8% dos 43,2 pontos perdidos em março e abril.

“Apesar de ainda se mostrarem insatisfeitos com o nível de demanda, a opinião dos empresários sobre a situação dos negócios no momento tem se aproximado cada vez mais do período pré-pandemia. Para os próximos meses, os indicadores de expectativa mostram certo otimismo, com mais de 40% do setor prevendo aumento do ritmo de produção. Contudo, observamos que ainda há muita incerteza das empresas, evidenciada pela dificuldade de recuperação do indicador de tendência dos negócios”, explicou a economista da FGV Renata de Mello Franco.

Fonte: Agência Brasil

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2020/2024

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Conselho Fiscal

Efetivos

Ciro Alves
Paulo Hugo Silva Ramos Junior
Angelo José Brazil Ferreira

Suplentes

Alexandre Fagundes de Mattos
Larissa Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia